

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.492 - AM (2019/0303432-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MAXSUEL MAIA PEREIRA
ADVOGADO : MAXSUEL MAIA PEREIRA - AC005424
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PACIENTE : EDJALVAS CARVALHO DE MESQUITA FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de EDJALVAS CARVALHO DE MESQUITA FILHO apontando como autoridade coatora Desembargador relator do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, nos autos do HC n. 1028860-62.2019.4.01.0000, indeferiu a liminar.

Colhe-se dos autos que o paciente teria sido preso preventivamente no âmbito da denominada "Operação Ojuara", em que é investigada suposta organização criminosa *"pela qual pecuaristas/latifundiários, servidores públicos do IBAMA e policiais militares garantiriam a exploração predatória de recursos naturais, em larga escala e em prejuízo a pequenos agricultores e coletores, mediante o uso de violência, pagamentos de propina, lavratura de autos de infração em nome de 'laranjas' e realização de defesas administrativas pelos próprios servidores, sob o comando, em tese, do superintendente da autarquia ambiental"* (e-STJ fl. 24).

Posteriormente, foi indeferido o pedido de revogação da prisão cautelar formulado pela defesa (e-STJ fls. 24/53).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante a Corte de origem, sendo indeferida a medida de urgência pleiteada mediante os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 55/56):

Examinando a questão posta nos autos, não verifico a existência de qualquer teratologia ou manifesta ilegalidade na custódia cautelar do paciente que justifique o deferimento da medida postulada nesta sede primeira e precária de cognição sumária.

Consta dos autos que a prisão temporária do paciente foi decretada em razão do seu suposto envolvimento em organização criminosa voltada à prática de delitos ambientais no Estado do Amazonas, inclusive no município de Boca do Acre/AM, contando com a colaboração de servidores do IBAMA e de policiais militares, que deveriam, por força de suas prerrogativas funcionais, proteger a o

Superior Tribunal de Justiça

meio ambiente e a segurança pública, respectivamente, mediante pagamento de propina.

Edjalvas Mesquita Filho é ex-servidor do IBAMA e seria sócio da empresa GEO Amazonas, investigado em razão de ser um dos principais coordenadores da organização criminosa atuando dentro do IBAMA.

Nesse contexto, considerando que a referida custódia cautelar foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública, bem como "(...) com vistas a prevenir a ocorrência de novos delitos, visto que teriam sido os principais responsáveis pelos ilícitos [penais] investigados (fatos ocorridos, em tese, entre os anos de 2016 e 2018), sendo indispensável a medida para o resguardo ao meio ambiente, a ao patrimônio e à probidade pública no âmbito do IBAMA, bem como em tutela à ordem pública e ambiental e da instrução probatória, evitando-se a dilapidação de evidências, nos termos dos arts. 311, 312 e 313, I, do Código de Processo Penal" (ID 22953922).

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Neste writ, aduz a defesa que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, argumentando que *"foram expedidos pelo juízo de primeira instância diversos mandados de prisões preventivas, temporárias, bem como variadas medidas cautelares diversas da prisão"*, e que, *"desde então, entre os poucos acusados que ainda se encontram privados de suas liberdades, está o paciente"* (e-STJ fl. 8).

Afirma que a prisão do paciente *"foi fundamentada 'com vistas a prevenir a ocorrência de novos delitos, sendo indispensável a medida para o resguardo ao meio ambiente, ao patrimônio e à probidade pública no âmbito do IBAMA, bem como em tutela à ordem pública e ambiental e da instrução probatória, evitando-se a dilapidação de evidências'"*, mas que, todavia, tal fundamentação não se sustenta em relação ao paciente (e-STJ fl. 8).

Pondera que *"o paciente está afastado das relações pessoais que o ligariam ao IBAMA, não possuindo qualquer poder estatal ou econômico para representar perigo ou dano à conveniência da instrução probatória"* (e-STJ fl. 10).

Salienta que *"desde a ordem de prisão já se passaram mais de 150 (cento e cinquenta) dias"*, e que, *"nesse período, todas as diligências policiais foram efetivadas e concluídas, os mandados de busca e apreensão foram cumpridos, todos os envolvidos prestaram seus esclarecimentos e o Ministério Público Federal já ofertou as respectivas denúncias"* (e-STJ fls. 10/11), de maneira que não haveria mais razão para a

Superior Tribunal de Justiça

manutenção da prisão do paciente.

Requer, assim, o afastamento do óbice contido na Súmula n. 691/STF e a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma

Superior Tribunal de Justiça

decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Na hipótese, não se vislumbra a existência de ilegalidade aferível **de plano** em relação à manutenção da prisão preventiva do paciente, ao menos nos limites deste juízo perfuntório dos autos, uma vez que fundamentada na necessidade de acautelamento da ordem pública, senão vejamos do seguinte excerto (e-STJ fl. 51):

Anote-se que a imposição de outras medidas cautelares, nesse caso, não impedirá de forma peremptória o feixe de contatos e artifícios que caracteriza mencionada atuação, nas remotas localidades rurais onde se exercem tais atividades, mostrando-se imprescindível a prisão preventiva do acusado, com vistas ao estrito resguardo da ordem pública atualmente ameaçada (*periculum libertatis*).

Ademais, são abrangidas pelos delitos localidades remotas, caracterizadas pela ausência de amparo estatal e pela alta incidência de desmatamentos ilícitos, no chamado "Arco do Desmatamento" - Sul do Estado do Amazonas, nesse caso os Municípios de Boca do Acre e Lábrea.

Nesse passo, a atuação do investigado favoreceu em larga escala a invasão de terras públicas, desmatamentos expressivos e extração ilícita de bens florestais, por reiteradas vezes e, portanto, com expressivo dano ao meio ambiente, ao patrimônio coletivo, à saúde humana e à concorrência nesse ramo de negócios, contando todos os agentes com sua impunidade.

Nesse sentido, a extensa análise de dados colhidos por variados meios probatórios (interceptações telemáticas e telefônicas, afastamento de sigilo de dados, diligências veladas, entre outras), já descritos de forma delongada na decisão que autorizou a deflagração da operação "Ojuara" - à qual faço referência, forma conjunto seguro de elementos de convicção (em juízo perfuntório, tomando altamente provável o cenário descrito em representação (*fumus commissi delicti*)).

Mencione-se ainda que a utilização de agentes de coerção pela organização criminosa para intimidar, ferir e garantir os lucros decorrentes da atuação ilícita, em prejuízo ao bem comum, não pode ser ignorada enquanto risco direto decorrente da liberdade dos investigados.

Portanto, do exame do trecho acima transcrito, pode-se verificar ser o caso de complexa investigação com diversos envolvidos, não havendo elementos que

Superior Tribunal de Justiça

indiquem, com inequívoca precisão, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em seu direito de locomoção apto a ensejar o afastamento do óbice sumular acima referido.

Ademais, não obstante os argumentos apresentados na inicial do *writ*, o impetrante não juntou aos autos cópia da decisão de primeira instância que decretou a prisão preventiva do paciente, peça imprescindível à exata compreensão da controvérsia, devendo-se asseverar que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, competindo à defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de alegado constrangimento ilegal imposto, providência da qual não se desincumbiu o ora impetrante.

Assim, a questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal local, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator